

COMISSÃO DIRETIVA PARA O BIÉNIO 2018-2019

Presidente



Susana Neto

Susana Neto é licenciada em Engenharia Civil, mestre e doutorada em Planeamento Regional e Urbano pela Universidade Técnica de Lisboa. Trabalhou em planeamento e gestão integrada da água e planeamento territorial nos últimos 25 anos. É investigadora na Universidade de Lisboa, Professora Adjunta na Universidade de Western Austrália (UWA) e na Universidade de Queensland. Na Administração Pública participou ativamente em reformas institucionais no quadro das políticas da água e teve um papel de coordenação como membro da Equipa do Plano Nacional da Água e Planos de Bacia Hidrográfica entre 1997 e 2001. Foi representante nacional no Programa Operacional URBACT II entre 2007 e 2014. É Delegada da UNESCO na Bacia do Guadiana desde 2004. Em 2016, foi convidada para integrar o Grupo 'Water Governance Initiative' da OCDE.

Vice-Presidente



Manuela Moreira da Silva

Manuela Moreira da Silva é licenciada em Biologia, Mestre em Ecologia Aplicada e Doutora em Ciências e Tecnologia do Ambiente pela Universidade do Porto. Desde 1996 docente no Instituto Superior de Engenharia da UAlg, em diversas disciplinas em que se incluem Hidrologia Urbana, Saúde Pública, Ambiente e Urbanização, Tecnologias de Reutilização de Água, Ecohidrologia Urbana. É Diretora do Mestrado em Ciclo Urbano da Água, Vice-diretora do International Centre for Coastal Ecohydrology (ICCE-UNESCO) e membro da UNESCO Chair Team on Ecohydrology. Fundadora e responsável pelo Laboratório de Engenharia Sanitária da Universidade do Algarve. Desde outubro de 2015 é Presidente do Conselho Técnico-Científico do Instituto Superior de Engenharia da UAlg. É investigadora do CIMA e autora de vários capítulos de livros e de artigos científicos em revistas internacionais com peer-review.

Vice-Presidente



Pedro Teiga

Pedro Teiga é licenciado em Engenharia Ambiental e dos Recursos Naturais na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Vila Real), Mestre em Engenharia do Ambiente, Ramo Hidráulica e Recursos Hídricos, na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (2003) e Doutorando em Engenharia do Ambiente, na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (2011). Especialista em Reabilitação de Rios e Ribeiras, com mais de 100 km de rios intervencionados, coordenou entre 2006 e 2013 o Projeto Rios-ASPEA em Portugal. É fundador e Diretor Executivo da empresa Engenho e Rio Unipessoal Lda. Investigador do CIMAR pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto desde 2008, ocupa desde 2012 o cargo de Vice-presidente do Centro Ibérico de Restauro Fluvial (CIREF).

Vogal



Nelson Carriço

Nelson Carriço é licenciado em Engenharia dos Recursos Hídricos pela Universidade de Évora, mestre em hidráulica e recursos hídricos e doutor em engenharia civil pelo Instituto Superior Técnico. Atualmente, exerce funções como professor adjunto convidado na área de hidráulica na Escola Superior de Tecnologia do Barreiro do Politécnico de Setúbal. Tem participado nos órgãos do Núcleo Regional Sul desde 2012.

Vogal



Amparo Sereno

Amparo Sereno é professora na Faculdade de Direito da Universidade Autónoma de Lisboa onde leciona Direito do Urbanismo e do Ambiente. Doutorada em Direito pela Universidade Católica Portuguesa de Lisboa em 2010, com a tese sobre regiões hidrográficas internacionais – orientada pelo Prof. Diogo Freitas do Amaral e publicada em 2012 – concluiu um pós-doutoramento em matéria de proteção do meio marinho em 2015. Além da sua experiência académica como investigadora e professora, exerceu funções como jurista no gabinete do Secretário de Estado do Ambiente e nas Águas de Portugal.

ENQUADRAMENTO E APRESENTAÇÃO DA CANDIDATURA

A governança da água é hoje aceite como a única forma de englobar as diversas dimensões sociais, ambientais e económicas nas soluções de administração dos recursos de água disponíveis. A participação dos atores interessados nos processos de decisão é incontornável. Uma visão mais abrangente exige igualmente a consideração do caráter territorial dos recursos hídricos e a necessidade de considerar as escalas em que o ciclo da água tem lugar. Uma das primeiras linhas de ação a promover é a integração entre o planeamento dos usos do solo e a gestão dos usos da água nas diversas escalas geográficas e da integração dos diferentes níveis institucionais.

Consideramos que a APRH deve mobilizar todo o seu potencial de inovação para continuar a contribuir para a reflexão necessária em todas essas dimensões, considerando o caráter integrador da água e dos seus recursos e a necessidade de se desenvolverem abordagens transversais e multidisciplinares nos processos de decisão política. O Programa de Candidatura para o Biénio 2018-2019 fundamenta as suas propostas nos objetivos estatutários que orientam a APRH desde a sua fundação e visa promover ativamente o reforço da atividade da APRH de acordo com esses princípios, propondo para este mandato:

- Reforçar o papel da APRH como fórum de debate e parceiro de primeira linha na governança da água, expressando publicamente as suas visões e opiniões sobre temas relevantes para a política da água em Portugal.
- Fomentar a participação de todos os atores nos processos de reflexão conjunta para uma efetiva governança da água em Portugal, através de uma estratégia assente na informação crítica, na comunicação e no estabelecimento de parcerias colaborativas em torno do conhecimento e ação para a mudança.
- Contribuir ativamente para o reforço da capacitação nacional para uma melhor gestão e governança da água, através da promoção de conhecimento técnico-científico contextualizado e fundamentado no diagnóstico dos problemas de gestão da água e na proposta de soluções alternativas e multidisciplinares.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E PROPOSTAS DE AÇÃO

Pretende-se aprofundar e reforçar, neste Programa de Candidatura e com o apoio dos Associados, das Comissões Especializadas e dos Núcleos Regionais, o papel interventivo da APRH na sociedade Portuguesa. Propõe-se em primeiro plano o debate e promoção da boa governança da água em torno de alguns temas considerados críticos no contexto nacional:

- Processo de Planeamento em curso: PNA; PGRH e outros Planos Setoriais e Especiais relevantes para a política da água em Portugal;
- Processo de Revisão da Diretiva Quadro da Água na União Europeia;
- Processo de acompanhamento da Convenção de Albufeira entre Portugal e Espanha;
- Integração Territorial da Gestão da Água: articulação entre o planeamento dos usos do solo e usos da água; reabilitação e valorização social e ecológica dos cursos de água;
- Alterações climáticas e fenómenos extremos; implementação da ENAAC;
- Implementação de medidas eco hidrológicas ao nível do ciclo urbano da água;
- Gestão da água no setor agroflorestal.